

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.616 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 9 DE DEZEMBRO DE 2002



Foto: Radiobras

Idosos estão entre os grupos favorecidos por várias propostas que tramitam na Comissão de Assuntos Sociais

Comissão de Assuntos Sociais analisa apoio a idosos e deficientes

PÁGINA 5

CAE examina projeto para instituir Renda da Cidadania a partir de 2005

Projeto de Eduardo Suplicy tem substitutivo de Francelino Pereira que deve ser votado amanhã pela Comissão de Assuntos Econômicos. Também está na pauta a mudança nos critérios de distribuição de royalties sobre exploração de petróleo e gás natural.

PÁGINA 5

Crescimento da dívida afeta o Orçamento de 2003

Endividamento interno do governo federal deverá crescer 19,76% no decorrer do próximo ano. Esse aumento é um dos destaques de relatório setorial sobre a proposta de Orçamento da União.



José Cruz

A Comissão Mista de Orçamento deve examinar relatórios setoriais na reunião de hoje

PÁGINA 3

Pauta do Plenário na semana inclui cinco propostas de emendas à Constituição

PÁGINA 4

Tradução de palavra estrangeira pode se tornar obrigatória

PÁGINA 6

Relatório final da CPI das ONGs vai a votação amanhã

PÁGINA 2



Mozarildo Cavalcanti preside a CPI que apura denúncias sobre a atuação das ONGs

CPI das ONGs discute relatório final amanhã

O relatório final da comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a apurar denúncias a respeito da atuação irregular de organizações não-governamentais (ONGs) será examinado amanhã, depois da ordem do dia.

Após a discussão, o presidente da CPI, Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), colocará o texto em votação.

Dois indicados para embaixadas são sabatinados

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se amanhã, a partir das 17h30, para apreciar os pareceres dos senadores José Agripino (PFL-RN) e Moreira Mendes (PFL-RO) sobre a indicação presidencial dos diplomatas João Gualberto Marques Porto Júnior, para o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Cingapura, e Renato Luiz Rodrigues Marques, para a embaixada brasileira na República da Ucrânia.

Os diplomatas serão sabatinados pelos integrantes da CRE em sessão secreta. Em seguida, será realizada a votação. A aprovação final das indicações ainda dependerá de deliberação do Plenário.

Uso abusivo de publicidade oficial pode se tornar crime

Com o projeto, Jefferson Péres pretende coibir o desrespeito à norma da Constituição que proíbe promoção pessoal de autoridades

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai examinar projeto de lei do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que torna crime de responsabilidade e de improbidade administrativa o uso de publicidade oficial para promoção pessoal dos governantes ou dos servidores públicos.

Em sua justificativa, o senador explica que a Constituição de 1988 estabeleceu que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, ficando proibido o uso de símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. Ele observa, porém, que é comum, principalmente em períodos eleitorais, o desrespeito a esse mandamento constitucional.



Jefferson Péres observa que, nos períodos eleitorais, é comum o desrespeito à regra constitucional

O motivo para isso, segundo Jefferson Péres, é que falta até hoje a norma legal que tipifique tal procedimento como crime. Para corrigir o problema, o projeto a ser analisado na CCJ acrescenta um novo dispositivo às Leis 8.429, de 2 de junho de 1992, e 1.070, de 10 de abril de 1950, e ao Decreto-Lei 201, de 27 de fevereiro de 1967, que tratam do assunto.

Carlos Bezerra propõe redução de pena para condenado que ajudar nas investigações

Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de lei de autoria do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que reduz a pena do condenado que colaborar voluntariamente com a investigação e o processo criminal. A intenção do senador é que o indiciado ou acusado que ajudar na identificação dos co-autores ou participantes do crime, na localização da vítima com vida e na recuperação total ou parcial do produto do crime, caso condenado, tenha a pena

reduzida de um terço a nove décimos.

A lei já permite a concessão do perdão judicial e, conseqüentemente, a extinção da penalidade para réus primários que colaboram voluntariamente com a investigação. Com a alteração, Bezerra acredita que os acusados irão cooperar mais no processo de solução dos casos.

— Muitos reincidentes condenados por crime considerado leve pelo juiz não se sentem motivados a colaborar com a Justiça se tiverem de cumprir mais

— Trata-se, sem dúvida, de comando altamente moralizador, cujo alcance é enorme, na direção de coibir os abusos na utilização da publicidade oficial, e que é consectário dos princípios da impessoalidade e da moralidade. Ocorre, no entanto, que temos assistido, nos últimos tempos, especialmente nos períodos eleitorais, em diversos entes federados, ao desrespeito a esse preceito magno — salienta o senador ao justificar sua proposta.

Pelo projeto, a utilização abusiva da publicidade oficial passará a ser caracterizada como ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública e como crime de responsabilidade contra a probidade na administração do presidente da República, dos ministros, governadores, secretários de estado e prefeitos.

de um terço da pena — afirmou.

De acordo com o senador, todos os esforços para incentivar pessoas envolvidas em ação criminosa a colaborar com as investigações são válidos. Ele acredita que essa iniciativa ajudará no aperfeiçoamento da Lei Penal e da Justiça.

O projeto de Carlos Bezerra leva em consideração também, para a concessão do benefício, a personalidade do acusado, circunstâncias do crime, gravidade e repercussão social do fato criminoso.



PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: entre outros itens, PR nº 70/02, altera a Resolução nº 2/02, que autoriza a União a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser celebrada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Japan Bank for International Cooperation (JBIC), no valor equivalente a até US\$ 300 milhões; PR nº 71/02, autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 5 milhões, de principal, com o Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird); PR nº 72/02, autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 5 milhões, destinando-se os recursos a financiar, parcialmente, o Programa de Diversidade na Universidade; continuação da votação, em primeiro turno, da PEC nº 29/00 (tramitando em conjunto com as PECs nºs 21/95; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92/99; 1 e 5, 20/00; e 15/01), introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário; votação em segundo turno, da PEC nº 16/02, altera o inciso do artigo 159 da Constituição federal (cria percentual do IR e IPI para aplicação em instituições federais de ensino superior localizadas na Amazônia Legal); votação, em primeiro turno, da PEC nº 21/01, altera a redação do artigo 6º da Constituição federal (incluindo a alimentação nos direitos sociais); votação, em primeiro turno, da PEC nº 52/01, acrescenta inciso e parágrafo único ao artigo 49 e acrescenta inciso ao artigo 84 da Constituição federal (competências privativas do Congresso Nacional e da Presidência da República relativas a atos internacionais).

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: destina-se a homenagear o arquiteto Oscar Niemeyer pelo transcurso dos 95 anos do seu nascimento.

Pauta: entre outros itens, quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 56/01, altera o inciso II do parágrafo 7º do artigo 201 da Constituição federal, para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal; e primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 11/02, altera a redação do parágrafo 2º do artigo 201 da Constituição federal, para dispor sobre o valor mensal máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: entre outros itens, quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 38/99, altera os artigos 52, 225 e 231 da Constituição federal (aprovação pelo Senado do processo de demarcação de terras indígenas); quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 56/01, altera o inciso II do parágrafo 7º do artigo 201 da Constituição federal, para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet

1º Vice-Presidente: Edison Lobão

2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares

1º Secretário: Carlos Wilson

2º Secretário: Antero Paes de Barros

3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti

Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira

Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573

Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin,

João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Relatório aponta salto da dívida interna

Deve chegar a R\$ 884,1 bilhões em dezembro de 2003 o endividamento do governo federal, segundo destaca o relatório setorial sobre a proposta orçamentária para os Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento

O endividamento interno do governo federal deve crescer 19,76% no próximo ano, chegando a R\$ 884,1 bilhões em dezembro de 2003. A preocupação com esse salto da dívida em títulos do Tesouro Nacional foi um dos pontos de maior destaque do relatório setorial sobre a proposta orçamentária para os Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que acolheu 60 emendas e obteve recursos de R\$ 140,358 milhões dos R\$ 754,608 milhões solicitados.

O parecer do deputado Aírton Cascavel (Bloco PDT/PPS-RR), que será votado a partir de hoje, às 16h, pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), mostra que o aumento do endividamento interno



Senador Sérgio Machado é relator-geral da proposta de Orçamento

é muito superior ao previsto para a dívida pública federal externa, que deve crescer 3,76%, alcançando R\$ 228,8 bilhões ao final do próximo exercício.

Essa evolução da dívida comparada aos dados contidos na lei orçamentária deste ano com a proposta para 2003 encaminhada pelo Executivo ao Congresso Nacional,

em agosto passado. O relator chamou a atenção para as mudanças ocorridas ao longo de 2002, como o aumento dos títulos indexados à variação cambial e o encurtamento dos prazos de vencimento dos papéis do governo federal — dados do Tesouro Nacional mostraram, em setembro último, que 41,1% da dívida mobiliária interna vencem no período de 12 meses, enquanto essa relação não passava de 25,91% do total em dezembro de 2001.

Apesar de os congressistas não poderem alterar essa parte do Orçamento, por intermédio de emendas, o relator demonstrou que o enorme esforço de rolagem da dívida e o pagamento de juros atraentes aos investidores representam um dos maiores transtornos enfrentados pelos contribuintes brasileiros: a expansão do endividamento interno.

Estoque da dívida deve crescer 16,1%			
O estoque da dívida do governo federal (soma das dívidas externa e da mobiliária interna) deve crescer 16,1% até o final de 2003. É o que prevê o relatório setorial sobre a proposta orçamentária dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Veja abaixo a variação do endividamento entre 2001 e 2003 (estimativa), em bilhões de reais:			
Tipo de dívida	Dez/2001	Dez/2002	Dez/2003
Mobiliária interna (total)	736,0	738,2	884,1
— em poder do mercado	521,8	562,2	690,9
— em poder do Banco Central	214,2	176,0	193,2
Pública externa (total)	169,3	220,5	228,8
— contratual	44,8	57,6	50,5
— em títulos	124,5	162,9	178,3

Fonte: Comissão de Orçamento

O valor da dívida interna a ser amortizada no próximo ano foi projetado em R\$ 582,3 bilhões, dos quais R\$ 522,1 bilhões precisarão ser refinanciados. Desse total, R\$ 512,3 bilhões estão sob res-

ponsabilidade do Ministério da Fazenda e significam um aumento de dotação de 138% em relação a 2002. O pagamento de juros deve consumir R\$ 93,6 bilhões em 2003.

Recursos para expansão de bancos públicos

A proposta orçamentária para 2003 prevê recursos para a expansão e modernização da rede de atendimento dos bancos oficiais (em reais)

Banco da Amazônia	33,1 milhões
Banco do Nordeste	32,6 milhões
Caixa Econômica Federal	912,7 milhões
Banco do Brasil	1,45 bilhão
BBTur Viagens e Turismo	1,35 bilhão

Fonte: Comissão de Orçamento

Apoio à exportação tem R\$ 2,5 bi

O orçamento das operações oficiais de crédito, em que estão algumas das principais ações de fomento do governo federal e de gastos para ajustar o sistema financeiro nacional, deve atingir R\$ 14,7 bilhões contra os R\$ 9,2 bilhões programados para este ano. Esses recursos adicionais devem-se basicamente às dotações previstas para o Programa de Incentivo à Redução da Presença do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes), no valor de R\$ 5,2 bilhões.

O serviço das dívidas internas de estados, municípios e Distrito Federal, assumidas pela União (Lei nº 8.727 de 1993), contará com R\$ 2,8 bilhões. O maior gasto com incentivo continua sendo o de apoio às exportações, com R\$ 2,5 bilhões. As compras de produtos agrícolas a cargo do governo federal estão orçadas em R\$ 1,7 bilhão. Os financiamentos rurais para que o pro-

ductor possa aguardar melhores oportunidades de mercado caem de R\$ 7,2 bilhões, orçados neste exercício, para R\$ 5,2 bilhões. O financiamento e equalização de juros para agricultura familiar deve receber R\$ 1,1 bilhão.

As compensações aos estados exportadores previstas na chamada Lei Kandir foram orçadas em R\$ 1,6 bilhão. A proposta orçamentária para o Ministério da Fazenda é de R\$ 9,608 bilhões, e para o Ministério do Desenvolvimento de R\$ 1,135 bilhão. O relator, deputado Aírton Cascavel, destacou ainda a redução de recursos para a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), com R\$ 149,9 milhões orçados para 2003 contra R\$ 203 milhões deste ano. Pela primeira vez, a Agência Nacional do Cinema (Ancine) recebeu dotação orçamentária, no valor de R\$ 48,7 milhões.

Desenvolvimento urbano perde recursos

Com menos recursos previstos pelo governo federal para o próximo ano, os parlamentares empenharam-se em reforçar a dotação dos principais programas voltados para habitação, saneamento e infra-estrutura das cidades que estão a cargo da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano (Sedu). O relatório do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), relativo à área temática de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, que deve ser votado a partir de hoje, recebeu nada menos do que 1.700 emendas individuais e 85 coletivas, a grande maioria para os programas da Sedu.

Considerada pelo relator a menor proposta orçamentária desde o ano de 2000, a Sedu obteve uma programação do governo federal de R\$ 322,514 milhões, com uma redução de 23% em relação aos recursos previstos este ano. Do total solicitado pelos parlamentares, no valor de R\$ 7,162 bilhões, a maior parte foi para infra-estrutura urbana (R\$ 2,838 bilhões) e para os programas Morar Melhor — voltado para reduzir o déficit habitacional das populações carentes (R\$ 2,053 bilhões) — e Saneamento é Vida (R\$ 707,075 milhões).

Antero Paes de Barros conseguiu R\$ 315,753 milhões da

relatoria geral para acolher todas as emendas individuais e R\$ 455 milhões para as coletivas. Boa parte desse dinheiro foi destinada aos programas da Sedu. (Ver tabela).

A proposta encaminhada pelo Executivo prevê R\$ 2,752 bilhões para o orçamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; outros R\$ 584,965 milhões para a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e R\$ 106,341 milhões para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O menor valor orçado foi



O relatório de Antero Paes de Barros deve ser votado a partir de hoje

para a Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap), de R\$ 13,089 milhões.

Cidades recebem investimentos

Os investimentos em infra-estrutura urbana (água, esgoto, habitação, serviços de limpeza pública e tratamento de lixo) devem alcançar R\$ 64,9 milhões, segundo o projeto de Lei Orçamentária Anual para 2003. Veja abaixo a divisão dos recursos por programa e região (em milhões de reais):

Programa	Nacional	N	NE	S	SE	CO
Nosso Bairro	14,8	—	—	—	—	—
Saneamento é vida	5,0	3,7	7,4	0,9	1,3	1,5
Morar Melhor	—	5,4	11,0	1,3	2,0	2,2
Gestão de resíduos sólidos	—	2,1	4,2	0,5	0,7	0,9
Total	19,8	11,2	22,6	2,7	4,0	4,6

Fonte: Comissão de Orçamento

Emendas constitucionais movimentam Plenário

Reforma do Judiciário, inclusão da alimentação entre os direitos sociais, maior competência do Legislativo sobre atos internacionais, aprovação prévia de reservas indígenas e autorizações de empréstimos externos estão na pauta da semana

A reforma do Poder Judiciário e outras cinco propostas de emenda constitucional estão entre as matérias que deverão ser analisadas pelo Senado esta semana. Amanhã, os senadores votam, em primeiro turno, proposta de iniciativa do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que inclui a alimentação entre os direitos sociais. O autor argumenta que a alimentação constitui direito reconhecido, desde 1993, pela Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), devendo constar da Constituição brasileira.

Também em primeiro turno, os

senadores vão deliberar, na mesma reunião, sobre proposta do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que amplia a competência do Legislativo na aprovação de atos internacionais. Será votada ainda, em segundo turno, proposta de iniciativa do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que destina recursos federais para instituições de ensino superior da Amazônia Legal. Com esse objetivo, a proposta aumenta de



Valadares diz que alimentação é prerrogativa reconhecida pela ONU

47% para 47,5% os repasses da União decorrentes da receita com Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados.

Na quinta-feira, o Plenário faz a primeira votação de outra proposta de Mozarildo Cavalcanti, que estabelece, como competência privativa do Senado, a apreciação prévia dos processos de demarcação de terras indígenas. No mesmo dia, os senadores deci-

dem sobre projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que regulamenta a aposentadoria do extrativista vegetal.

EMPRÉSTIMOS

Na sessão de amanhã serão votados ainda projetos de resolução relacionados a empréstimos externos. O Senado decidirá se autoriza a União a conceder garantia a operação de crédito a ser celebrada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Japan Bank for International Cooperation (JBIC), no valor equivalente a até US\$ 300 milhões.

Votará ainda autorização para o Brasil contratar operações de

US\$ 5 milhões com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e de US\$ 5 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Na quarta-feira, por solicitação do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), o Senado dedica a hora do expediente a homenagem ao arquiteto Oscar Niemeyer, pelos seus 95 anos, a serem completados no dia 15. E começa a discutir proposta de emenda à Constituição do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) que dispõe sobre o valor mensal máximo dos benefícios do regime geral de Previdência.

Maria do Carmo quer assegurar incentivo para criação de peixes

Está pronto para entrar na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto de lei de autoria da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) que prevê incentivos para a implantação de estações de biologia e aquíicultura e estímulos aos pequenos produtores rurais, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. A proposta recebeu parecer favorável do



Projeto de Maria do Carmo Alves está pronto para exame na CAE

relator, senador Fernando Bezerra (PTB-RN).

Segundo dados colhidos por Maria do Carmo junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a exploração intensiva da pesca causou a exaustão dos recursos naturais pesqueiros e, em alguns casos, colocou várias espécies em perigo de extinção nas

últimas décadas. A criação de peixes em cativeiro é apontada pela senadora como um bom caminho para ampliar a oferta de alimentos à população.

— A aquíicultura permite o incremento na produção de peixes, crustáceos e moluscos sem agredir o meio ambiente, além de garantir emprego e renda para um grande número de pessoas — afirma Maria do Carmo Alves na justificativa do projeto.

Ela diz que esta prática não predatória fornece proteínas de boa qualidade a baixo custo.

Agricultura irrigada poderá ter benefício

Está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa, projeto de lei do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) que disciplina o fornecimento de energia elétrica às glebas irrigadas que façam parte de programas de reforma agrária ou que tenham área total de até dez hectares, devidamente registradas no Ministério da Agricultura. Pela proposição, a tarifa ao produtor custará o preço pago pela empresa distribuidora à geradora ou à transportadora, acrescida de 15%. A matéria já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto, segundo o senador, visa assegurar condições de com-

petitividade à agricultura irrigada, cujos produtos devem confrontar-se no mercado mundial com os de outros países produtores.

— A situação desigual em relação a muitos países, associada à abertura do mercado nacional, vem determinando a perda de espaço pelos nossos agricultores dentro do próprio mercado brasileiro — observou.

Para Geraldo Melo, as distribuidoras de energia não têm do que se queixar, mesmo porque a redução da tarifa que está deixando de ser comprada não pode ser



Proposta de Melo abre oportunidades para produtos brasileiros

considerada uma queda de receita.

— A maior perda decorre da paralisação contínua das atividades de irrigação em virtude dos elevados custos. Já a tarifa especial para unidades integradas a projetos de reforma agrária ou com

área até dez hectares abre possibilidade de incorporação ao mercado de energia elétrica de grande número de novos consumidores, o que contribuirá para aumentar o faturamento das empresas distribuidoras — afirmou o senador.

Carlos Patrocínio destaca projeto Investe Tocantins

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) saudou iniciativa da Federação da Agricultura do Estado do Tocantins (Faet) de implantação do projeto Investe Tocantins, inspirado no Investe Brasil — programa federal feito em parceria com a iniciativa privada para a

captação de investimentos estrangeiros —, que deverá propiciar o surgimento de uma nova etapa na vida econômica do mais jovem estado da União. O Investe Tocantins vai trabalhar pela captação de investimentos aos diversos segmentos da economia, especialmente o primário — agricultura e pecuária —, que predomina na região.

Segundo o senador, estão sendo feitas ações para mostrar ao empresariado brasileiro e estrangeiro as potencialidades do Tocantins. Modulado em uma câmara integrada pelas federações estaduais, bem como pelas secretarias de estado, o projeto consolidará e disponibilizará em um banco de dados todas as informações necessárias aos empreendedores. Além de atuar como uma agência de informação, responsável pelo fomento



Projeto será vetor de desenvolvimento regional, diz Patrocínio

de novas oportunidades e novos negócios, o projeto deverá desenvolver linhas de crédito de apoio às iniciativas formalizadas dentro do programa.

Patrocínio lembrou que, a despeito das dificuldades de infra-estrutura

com que se defronta o Tocantins, com menos de 13 anos de existência, são significativos os avanços econômicos registrados, como a instalação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE).

— A ZPE do Tocantins só foi autorizada pelo presidente Fernando Henrique quando conseguiu, com o decisivo apoio de meus colegas do Congresso, a aprovação da emenda modificando a medida provisória que vedava a criação de novas ZPEs, que, juntamente com os distritos industriais, são peças fundamentais na geração de empregos e riquezas — relatou Patrocínio.

Para o senador, o Investe Tocantins será em breve “um importante vetor de desenvolvimento regional, gerando empregos e multiplicando a riqueza do estado”.



CAS também vai examinar nesta quarta-feira projeto que beneficia em programas habitacionais as mulheres chefes de família

Projetos ampliam direitos de deficiente, criança e idoso

Projetos de lei garantindo benefícios e medidas de apoio a portadores de deficiência e a gestantes, crianças e idosos estão na pauta da reunião desta quarta-feira da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a partir das 9h. A mulher chefe de família também é contemplada. Projeto da senadora Emília Fernandes (PT-RS) prevê reserva de recursos para financiamentos habitacionais destinados exclusivamente a mulheres responsáveis pelo sustento de familiares.

A CAS examinará ainda projeto de autoria do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) que concede desconto no valor de passagens para maiores de 60 anos. A proposta tem parecer favorável do senador Gil-

vam Borges (PMDB-AP). Além disso, a comissão apreciará projetos que regulamentam as profissões de astrólogo, artista circense e tecnólogo, além de um que cria o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Distrito Federal.

Outra proposta, de autoria do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), é a que fixa os níveis máximos de intensidade para a emissão de radiação eletromagnética por antenas das estações de telefonia celular. O projeto proíbe a instalação de antenas a menos de cem metros de instituições hospitalares ou de educação infantil, e obriga a afixação de modo visível nos aparelhos individuais de aviso informando o grau de intensidade da radiação que emitem.

João Alberto defende política de auto-sustentação do índio

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) pediu, em discurso, o fim dos programas de assistencialismo dos índios, ao defender a adoção de "políticas de auxílio e acompanhamento que assegurem aos índios desdobramentos positivos para seu desen-



João Alberto Souza pediu o fim do assistencialismo

volvimento e auto-sustentação". Falar de índio no Brasil "sempre foi um tabu", segundo o senador. Ele lembrou que em 1537 o papa Paulo III precisou intervir em defesa dos índios contra as barbaridades praticadas pelos invasores europeus, e disse que agora é dever do Estado protegê-los e dar-lhes condições de se tornarem independentes socioeconomicamente.

Depois de salientar a dificuldade de se chegar a grupamentos longínquos no interior do país, João Alberto comentou que "o

caso dos índios é ainda mais grave, pois vivem em comunidades separadas e não têm instrumentos para a produção, dificultando ainda mais seu desenvolvimento sustentável".

Na avaliação do parlamentar, a fome entre a população indígena é outro problema que deve ser combatido.

João Alberto citou o *Mapa da Fome entre Povos Indígenas* no Brasil, elaborado em 1994 pela Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria, juntamente com outras ONGs, segundo o qual, em 51,5% das 557 terras indígenas do país, 34,7% dos índios que vivem nessas áreas passam fome.

— Eles precisam ter a fome saciada, mas com a ruptura do assistencialismo. É preciso recuperar a decisão política de projetar esse povo para o futuro — afirmou.

CAE vota amanhã criação de Renda da Cidadania

Programa garante benefício financeiro mensal, a partir de 2005, a todos os brasileiros e a estrangeiros que residam no país há pelo menos cinco anos

O projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que institui, a partir de 2005, a Renda da Cidadania, deverá ser analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) amanhã, a partir das 10h. Na última reunião da CAE, realizada na quarta-feira da semana passada, foi concedida vista coletiva da matéria. O relator do projeto, senador Francelino Pereira (PFL-MG), apresentou substitutivo.

A Renda da Cidadania consiste em um benefício monetário a ser repassado a todos os brasileiros residentes no país e estrangeiros que estejam há pelo menos cinco anos no Brasil. Francelino Pereira fez algumas alterações no projeto, como, por exemplo, dividir a implantação do programa em etapas, a critério do Poder Executivo, priorizando as camadas



Projeto de Eduardo Suplicy recebeu substitutivo de Francelino Pereira

mais necessitadas da população. O relator também excluiu a obrigatoriedade de submeter a criação da Renda da Cidadania a um referendo popular, que, na proposta de Eduardo Suplicy, deveria ocorrer durante as eleições municipais de 2004.

A pauta de 23 itens da CAE inclui ainda análise do parecer do

senador José Agripino (PFL-RN) favorável ao projeto do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) que propõe um aumento no percentual dos royalties e uma ampliação das áreas favorecidas dos municípios produtores de petróleo e gás natural. Para aumentar o percentual pago aos municípios, o projeto reduz o percentual destinado aos estados.

Deverá ser analisado na mesma reunião parecer do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) favorável ao projeto do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) que cria incentivo fiscal para estimular a contratação de jovens e de pessoas com mais de 50 anos de idade. O incentivo consiste em permitir que as empresas deduzam do Imposto de Renda metade do valor líquido dos salários pagos ao trabalhador beneficiado pelo programa.

Marina destaca ação no Acre contra miséria

Ao comentar a determinação do futuro governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva de dar prioridade ao combate à fome e à miséria no país, a senadora Marina Silva (PT-AC) destacou em Plenário, na sexta-feira, as experiências desenvolvidas na área pelo governo do Acre, por meio do Programa Adjunto da Solidariedade, que, na sua opinião, podem ser referência para as ações de combate à pobreza.

Segundo a senadora, o programa desenvolve ações coerentes, em conjunto com a sociedade, que articulam políticas sociais colocando os jovens e a educação em posição de destaque. Marina deu especial importância ao Pré-Vestibular Solidário, voltado a jovens pobres que saem do segundo grau sem recursos para se preparar para entrar na faculdade.

No ano passado, informou Marina, 513 alunos se matricularam no pré-vestibular, "com altíssimo grau de aprovação" para ingresso na faculdade. Este ano, continuou, 700 jovens estão no curso, que, de acordo com o testemunho da senadora, nada deixa a desejar com relação aos chamados cursinhos.

— Quando eu fiz o vestibular, com

salário de doméstica, não tinha como pagar cursinho. Nos concursos públicos, os jovens do programa tiveram aprovação fantástica — afirmou Marina.

SEGURANÇA ALIMENTAR

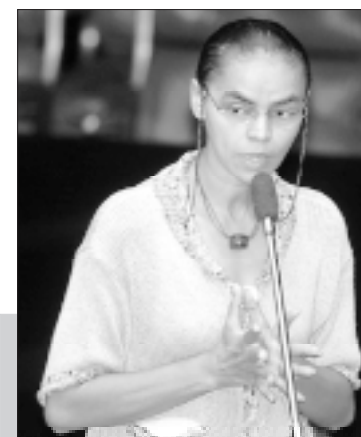
Por acreditar que o Programa Fome Zero tem mobilizado as esperanças do povo, a senadora afirmou que a sociedade e "todos que, inspirados por Betinho, lutaram contra a fome estão convidados para esse esforço nacional". Para Marina, a impossibilidade de uma pessoa se alimentar é um dos maiores sofrimentos pelos quais um ser humano pode passar, daí "a importância da idéia de Lula de fazer com que os brasileiros possam fazer três refeições por dia, na linha de segurança alimentar defendida pelo bispo dom Mauro Morelli".

— O combate à fome não será uma pasta isolada do governo, mas um esforço transversal, do Ministério da Agricultura ao da Integração Regional — disse ela.

MINISTÉRIO

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o Brasil recebe com simpatia a notícia de que Marina Silva irá ocupar um ministério no governo Lula.

— Há unanimidade de que V. Ex.^a



Marina Silva elogiou o programa Pré-Vestibular Solidário, destinado a jovens pobres

sabe interpretar os anseios do povo, pois se identifica com as origens de Lula. Seu caráter faz de V. Ex.^a uma personalidade da maior correção e pureza que pode haver na vida pública. Onde estiver, o Senado e o povo brasileiro estarão batendo palmas — destacou Pedro Simon.

Em resposta, Marina agradeceu e disse que seu nome tem sido cogitado, mas as pastas do futuro governo serão preenchidas "com o critério de acertar e atender ao anseio de esperança do povo, entendendo a necessidade de governabilidade".

Comissão examina defesa da língua portuguesa

Substitutivo a projeto da Câmara prevê que palavra estrangeira seja acompanhada de correspondente em português quando destinada ao conhecimento público. Na pauta da CE também está proposta de apoio a festival de cinema

Entre os itens da pauta que a Comissão de Educação (CE) vai examinar em sua reunião de amanhã está o substitutivo do senador Amir Lando (PMDB-RO) a projeto da Câmara que trata da proteção e defesa da língua portuguesa. De acordo com o projeto, toda palavra ou expressão escrita em língua



Substitutivo de Amir Lando foi elogiado em audiência pública na semana passada

estrangeira destinada ao conhecimento público virá acompanhada do termo correspondente em português.

Na última quarta-feira, a CE realizou audiência pública sobre a matéria, ocasião em que a comu-

nidade científica mostrou-se satisfeita com os aperfeiçoamentos introduzidos pelo substitutivo ao texto original da proposta. Um dos convidados, o professor Evanildo Bechara, da Academia Brasileira de Letras (ABL), disse que o tra-

balho de Amir Lando “desbastou os excessos, as arestas e os desvios em relação à vida da linguagem e das línguas”.

FESTIVAL DE CINEMA

Projeto terminativo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que estende aos promotores de mostras e festivais audiovisuais o incentivo fiscal previsto na lei que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) também será examinado pela comissão.

O relator da matéria, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), recomenda o voto favorável. Ele defende o incentivo fiscal aos patrocinadores de mostras e festivais audiovisuais argumentando que esses eventos “são fundamentais para a divulgação de filmes e o desenvolvimento da in-

dústria cinematográfica”.

VESTIBULAR

A comissão deve analisar, em caráter terminativo, projeto de lei do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que estabelece a obrigatoriedade de os editais dos vestibulares indicarem se os cursos são reconhecidos e se as instituições de ensino estão credenciadas de acordo com as normas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). O relator, senador José Jorge (PFL-PE), apresentou substitutivo à proposta, exigindo que esses dados constem também da publicidade impressa dos processos de seleção.

Na pauta da Comissão de Educação há ainda 21 projetos de decreto legislativo sobre autorizações para execução de serviços de radiodifusão.

Patrocínio quer ampliar combate à pirataria

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) apresentou projeto de lei que atualiza o Código Penal para combater a pirataria e a violação aos direitos autorais. A proposta do senador, que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), muda o artigo 184 do Código Penal e inclui o armazenamento em computador ou a microfilmagem de obra intelectual, sem autorização do autor, como violação de direitos autorais, com penas de dois a quatro anos de prisão e multa.

A outra alteração proposta por Carlos Patrocínio, com as mesmas penas, inclui como crime a transmissão por televisão a cabo, sem autorização do autor, com intenção de lucro, de qualquer obra intelectual com autor reconhecido.

Em sua justificativa, o senador Carlos Patrocínio diz que “a completa erradicação da pirataria é bastante difícil, mas nosso ordenamento jurídico pode ser aperfeiçoado com vistas a inibir tanto quanto possível a citada indústria de falsificação das obras intelectuais, como é o caso das editoras fantasmas, gravadoras e empresas que lançam obras piratas”.

Jucá propõe TV a cabo no Conselho de Comunicação

A televisão a cabo, implantada no Brasil em 1995, poderá ter um representante no Conselho de Comunicação Social. Projeto de lei nesse sentido, do senador Romero Jucá (PSDB-RR), tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Na justificativa, o senador observa que em 1991, quando foi criado o conselho, com representantes de todos os setores de comunicação, ainda não havia TV a cabo.

— Hoje existem no Brasil 266 operadoras e outras 168 em fase de implantação, com mais de 3,5 milhões de assinantes. Nada mais justo, portanto, que no conselho

tenha assento um representante do setor de TV a cabo — diz Jucá.

O Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional, foi criado em 30 de dezembro de 1991. No artigo 4º, a lei que o criou estabeleceu a seguinte composição: um representante das empresas de rádio, um das empresas de televisão (aberta), um da imprensa escrita, um engenheiro com notórios conhecimentos de comunicação social, um representante da categoria dos jornalistas, um dos radialistas, um dos artistas, um dos profissionais de cinema e vídeo e cinco representantes da sociedade civil.



O Conselho de Comunicação Social, criado em 1991 e instalado em 2002, é órgão auxiliar do Congresso Nacional



Pedro Simon lembra que Siegfried Heuser “foi um homem público de grande senso de liderança e dono de um caráter íntegro”



Simon presta homenagem ao ex-deputado Siegfried Heuser

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) homenageou na sexta-feira a memória do político gaúcho Siegfried Emanuel Heuser, falecido há 16 anos. Para o senador, Heuser, um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), “foi um homem público de grande senso de liderança, de organização e dono de um caráter íntegro”.

Simon informou que Heuser, formado em Economia e Contabilidade, iniciou a carreira política em 1950, quando se elegeu deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo reeleito em 1958. Um ano depois, observou, foi nomeado secretário da Fazenda no governo Leonel Brizola.

Para Simon, Siegfried Heuser

fez uma gestão séria e competente, e entre as ações mais expressivas destacou três: emissão dos papéis conhecidos como *brizolotas*, que foram eficientes para desafogar o Tesouro do problema de caixa; emissão de apólices da dívida pública sob melhores condições; e criação da Caixa Econômica Estadual.

— Em 1969, Heuser foi cassado pelo regime militar. Recuperados os seus direitos políticos, em 1982, retorna à vida pública como deputado federal. Na Câmara, além da pregação prioritária em favor de uma Assembléia Nacional Constituinte, defendeu uma reforma tributária que restabelesse aos estados e municípios sua autonomia política, administrativa e financeira.

Prejuízo com pirataria é alto no Brasil

O Brasil é um dos maiores produtores e consumidores mundiais de produtos falsificados

Veja abaixo o prejuízo dos setores mais atingidos pela pirataria em 2001

Cigarros	R\$ 2 bilhões
CDs de música	R\$ 705 milhões
Roupas	R\$ 300 milhões
Audiovisuais	R\$ 305 milhões
Programas de computador	R\$ 915 milhões
Brinquedos	R\$ 110 milhões
Produtos licenciados	R\$ 27 milhões

Fonte: APDIF, Abes, ABCE, Abravest

Bezerra saúda dia dedicado ao povo palestino

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) saudou o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino, ocorrido em 29 de novembro. O parlamentar aproveitou a data para fazer um balanço da situação dos palestinos no Oriente Médio. Segundo ele, mesmo com todas as tentativas de acordos de paz entre palestinos e judeus, o cenário na região é sombrio e pessimista. O senador ressaltou os esforços da diplomacia brasileira por uma solução pacífica.

– Sucessivos pronunciamentos do Ministério das Relações Exteriores confirmam nosso compromisso com os legítimos direitos dos palestinos – afirmou. Para o senador, a posição brasileira não é adotada por outros países, como Estados Unidos e o histórico inimigo da causa palestina, Israel.

Bezerra citou o depoimento dado pelo embaixador da Delegação Especial Palestina no Brasil, Musa Amer Odeh, ao jornal *Folha de S. Paulo*. O diplomata afirmou que “devido à ocupação militar opressora da Palestina, com assassinatos de inocentes, escasseiam os advogados da paz e da cooperação”. O senador citou também o historiador Walid Khalidi, que, em recente palestra, balizou a defesa do povo palestino. Walid recapitulou as agressões sofridas durante o século 20, a hostilidade da colonização israelense em terras palestinas e a posição belicosa dos atuais governos norte americano e israelense.

29 DE NOVEMBRO

O Dia de Solidariedade ao Povo Palestino foi criado há 25 anos, em assembléia geral da ONU. A escolha do dia 29 de novembro não foi aleatória. Nesse dia, no ano de 1947, as Nações Unidas adotaram a Resolução da Partilha. Foi uma tentativa de solucionar os conflitos na região, propondo a divisão da Palestina em dois Estados soberanos. Mas só o Estado de Israel foi criado, e ao povo palestino foi negado o direito à soberania.

Emilia denuncia aumento da violência contra mulher

Senadora destaca “Plano de Igualdade” proposto por Lula, que prevê medidas como o combate ao preconceito no mercado de trabalho

Ao registrar o Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher, instituído em 25 de novembro de 1981, a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) disse que a data é referência mundial de reflexão sobre as formas de opressão impostas às mulheres e sobre os esforços de-



“No Brasil, a cada 4 minutos uma mulher é agredida”, diz Emilia

senvolvidos pelos países para superá-las. Nesse sentido, ela destacou o “Plano de Igualdade”, o conjunto de medidas do governo de Luiz Inácio Lula da Silva elaborado com vistas a fortalecer a equidade entre homens e mulheres.

– Temas como combate à violência doméstica, preconceito e desigualdade no mercado de trabalho e atenção à saúde da mulher estão entre as principais questões contempladas pelo programa do governo eleito – afirmou.

Entre as medidas a serem concretizadas pelo próximo presidente, Emilia ressaltou o fortalecimento da Secretaria de Estado da

Mulher, vinculada diretamente à Presidência da República e com recursos institucionais e orçamentários que possibilitarão a condução de políticas públicas que garantam maior igualdade entre homens e mulheres.

Na opinião da parlamentar, são urgentes ações que reduzam os índices de agressões contra as mulheres brasileiras. Os números dos casos de violência nas relações de casal, conforme disse, são tão significativos que assumem caráter endêmico.

– No Brasil, a cada quatro minutos uma mulher é agredida; 70% da violência é praticada dentro dos lares; 63% das vítimas no espaço doméstico são mulheres; e 65% das agressões são praticadas pelos integrantes do próprio núcleo familiar, sendo que maridos e companheiros respondem por 70% dos casos – informou a senadora.

Encontro reúne legisladoras do Mercosul

A senadora Emilia Fernandes defendeu a discussão de questões relacionadas ao direito da mulher nos esforços pelo fortalecimento do Mercosul. Parlamentares brasileiras participaram, nos últimos dias 22 e 23 de novembro, do Encontro de Legisladoras do Mercosul, ocorrido em Buenos Aires.

Emilia, uma das convidadas ao evento, não pôde comparecer, mas estendeu o convite recebido às deputadas Almerinda de Carvalho (PPB-RJ), Luci Choinachki (PT-SC) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), além da senadora eleita pelo estado de Mato Grosso, Serys Marly Shlessarenko (PT).

Esse grupo juntou-se às delegações da Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia e participou das discussões sobre cidadania e representação pública da mulher. As conclusões do evento serão distribuídas às deputadas e senadoras.

Dados sobre Aids são “estranhadores”, diz Mauro

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) considerou “estranhadores” os dados divulgados pela Organização das Nações Unidas (ONU) para o combate à Aids, segundo os quais, dos 42 milhões de pessoas infectadas pelo vírus HIV no mundo, a metade – 21 milhões – são mulheres na faixa etária de 23 a 34 anos. No Brasil, com estimativa de 600 mil pessoas portadoras do vírus HIV, o índice de proporção de contaminação entre homens e mulheres também está no patamar de um por um, observou.

– São números estranhadores, difíceis de engolir se levarmos em consideração o crescimento do poder de informação das pessoas em um mundo globalizado. Mas a ignorância e a falta de respeito ao ser humano estão fazendo dessa uma luta desigual. Somente isso explica o fato de a Aids ter deixado de ser uma enfermidade meramente de homossexuais, como era conhecida na década de 80, para pas-

sar a atingir, em sua maioria, as mulheres casadas, pobres, monogâmicas e com apenas o primeiro grau completo – afirmou.

O trabalho contra a Aids, argumentou o senador, precisa ser estratégico e ininterrupto, devendo se estabelecer como prioridade número um de qualquer governo, até mesmo em pé de igualdade com o programa contra a fome.

Para ele, as campanhas educativas e as ações das autoridades devem ser cada vez mais contundentes para combater a doença e deve haver mecanismos que diminuam o sofrimento de quem está contaminado.

Por isso, o senador pediu atenção especial para projeto de sua autoria, tramitando na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que assegura a distribui-



Para Mauro Miranda, combate à Aids merece tratamento estratégico

ção de leite em pó para os filhos de mães portadoras do vírus HIV. Mauro lembrou, na defesa de sua proposição, que por recomendação médica as mães doentes de Aids jamais poderiam amamentar os bebês, sob o risco de infectá-los.

– Infelizmente, a falta de informação e de recurso muitas vezes não deixam outra saída para as mães contaminadas – disse.

O senador citou pesquisa comprovando que Goiânia é a capital brasileira onde os jovens menos fazem uso do preservativo em suas relações sexuais. Segundo Mauro Miranda, 74,3% dos jovens que residem em Goiânia ignoram a forma segura de se relacionar com os parceiros ou parceiras.

Alcântara pede continuidade de política preventiva

Por ocasião do Dia Mundial de Luta Contra a Aids, comemorado anualmente em 1º de dezembro, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) fez um apelo ao próximo governo para que não afrouxe a vigilância nem permita um retrocesso no combate à doença.

De acordo com o senador, na década de 80, quando os primeiros casos de Aids foram descobertos, organismos internacionais previam que o Brasil teria, no ano 2000, um milhão e 200 mil pessoas infectadas pelo HIV. No entanto, conforme Alcântara, por conta dos esforços de ONGs, de organizações comunitárias e do Ministério da Saúde (MS), hoje o número de brasileiros soropositivos é de 600 mil.

Alcântara destacou, ainda, que a política atual da Coordenação Nacional de DST/Aids, do MS, é elogiada mundialmente pela distribuição gratuita de medicamentos retrovirais aos portadores de HIV. Com isso, de 1996 a 2000, houve uma redução de 66% da mortalidade entre soropositivos, além de se ter evitado em 358 mil o número de internações por conta de doenças oportunistas, como tuberculose. De acordo com o senador, em razão desses resultados, estima-se que o MS tenha economizado mais de 1 bilhão de dólares.

A política dos genéricos também foi citada pelo senador como um ponto positivo no combate à Aids no Brasil. Devido à produção doméstica de medicamentos retrovirais, o custo do tratamento por doente no Brasil é de três a quatro vezes inferior ao dos Estados Unidos.

Ainda segundo Alcântara, o 1º de dezembro foi instituído pela Organização das Nações Unidas, em 1987, para reforçar a solidariedade e a compreensão com as pessoas infectadas pelo HIV. No Brasil, a data é comemorada desde 1988. Na opinião do senador, o dia representa também a renovação dos compromissos de luta contra a doença, além de levar a uma reflexão sobre a ameaça representada pela enfermidade.



Alcântara destaca avanços obtidos pelo Ministério da Saúde

Roosevelt Pinheiro

Jucá: governo FHC deu reajustes a servidores

Para o senador, não é verdadeira a afirmação atribuída a Lula de que os funcionários teriam ficado oito anos sem correção salarial. Carreiras típicas de Estado foram valorizadas, beneficiando 90% do funcionalismo federal, garantiu

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse na sexta-feira que os servidores públicos tiveram aumentos consideráveis ao longo dos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso e que não são verdadeiras as declarações atribuídas ao presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, de que os servidores públicos ficaram sem nenhum reajuste salarial nesse período.

Ao comentar um editorial da edição de 27 de novembro do jornal *O Estado de S. Paulo*, intitulado "O teorema indemonstrável de Lula", Jucá ressaltou que as despesas da União com a folha de pagamentos, do início do atual governo até 2002, tiveram um aumento de 94,16%.

Esse reajuste, afirmou, não foi proveniente de aumento do número de funcionários públicos, mas da implantação de planos de carreira que resultaram em consideráveis re-



Romero Jucá observa que folha de pagamentos aumentou pela implantação de planos de carreira

ajustes salariais para os servidores.

Romero Jucá observou que o atual governo não fez a opção de conceder reajustes salariais de forma linear para todos os servidores. Preferiu, até para valorizar as funções típicas de Estado, promover reajustes para determinadas carreiras, corrigindo uma distorção que vinha se verificando no setor público, no qual as categorias de auxiliares e as

de nível médio ganhavam proventos acima dos níveis de mercado, enquanto as carreiras mais especializadas, de nível superior, situavam-se abaixo dos níveis de mercado.

Com base na política de promoção das carreiras típicas de Estado, observou Jucá, os delegados da Polícia Federal tiveram reajustes salariais de 69,4% nos últimos sete anos. Nesse período, lembrou, várias outras categorias especializadas obtiveram consideráveis reajustes, como diplomatas (39,4%), especialistas em informação (37,8%) e ainda os professores universitários, que tiveram reajustes entre 60 e 102% em sete anos, "mesmo não constituindo uma carreira típica de Estado".

Segundo Jucá, os reajustes salariais concedidos pelo atual governo às diversas categorias típicas de Estado beneficiaram 90% do funcionalismo público federal.

Tebet promulga plano de carreira dos auditores

O presidente do Senado, Ramez Tebet, promulgou na sexta-feira lei que reestrutura as carreiras dos auditores do Tesouro Nacional e dos auditores fiscais da Previdência Social e do Trabalho. A carreira de auditoria do Tesouro Nacional passa a chamar-se Auditoria da Receita Federal.

Em comum entre as três carreiras, o plano determina que o ingresso nelas se dará por concurso público, com exigência de curso superior, e que o desenvolvimento do servidor nas carreiras



Rosevelt Pinheiro

Lei promulgada por Ramez Tebet reestrutura as carreiras dos auditores

ocorrerá por progressão funcional e promoção.

Projeto exige devolução de taxa de concurso anulado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai analisar projeto de lei de autoria do senador Luiz Otávio (PMDB-PA) obrigando a devolução, aos candidatos, de taxa de inscrição em concursos públicos, promovidos pela administração pública direta ou indireta dos três Poderes, quando forem anulados ou não concluídos. Pela proposta, o prazo máximo para devolução é de 30 dias, a partir da data da revogação do concurso.

O projeto tramita com parecer favorável do senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE). Para o relator, é necessário que uma lei especifi-

ca disponha sobre ressarcimento de taxas de concurso não efetivado, quando isso deveria ser automático em relações contratuais de qualquer tipo, como é o caso de concursos públicos. "Não é admissível que o Estado seja tão rigoroso na hora de receber tributos e tão leniente no momento de honrar seu compromisso", diz o senador no relatório.

Em sua justificativa, Luiz Otávio argumenta que a anulação ou não



Luiz Otávio quer proteger candidatos a cargos públicos

conclusão de um concurso público é sempre frustrante para os que depositam sua esperança nessa modalidade democrática de acesso a cargos e empregos públicos.

O projeto tramita em caráter terminativo, ou seja, dispensa a votação no Plenário do Senado, se não houver recurso de um décimo dos senadores no prazo de cinco dias úteis. Nesse caso, o projeto segue diretamente para a Câmara dos Deputados.

Punição a funcionário pode ter prazo fixado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deve analisar ainda este ano projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que fixa o prazo máximo de dez anos para que o ex-servidor federal demitido de cargo em comissão — por ter cometido crime contra a administração pública, improbidade administrativa, corrupção, lesão aos cofres públicos e dilapidação do



Para Carlos Bezerra, Estatuto do Servidor contraria Constituição

patrimônio nacional — possa exercer novo cargo público.

Na justificativa do projeto, Carlos Bezerra argumentou que o Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União, ao não fixar o prazo para que o servidor possa retornar a exercer um cargo público, mesmo tendo cometido infrações, incorre em flagrante inconstitucionalidade, porque a

Constituição, "em seu notável catálogo de direitos e garantias individuais, proscribe penas de caráter perpétuo".

O senador propôs o prazo de dez anos por analogia com a pena máxima fixada na chamada Lei da Improbidade Administrativa, segundo a qual, contado esse tempo, profissionais ou empresas que tenham cometido atos de improbidade que importem enriquecimento ilícito ficam aptos a contratar com o poder público, receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios.

Moreira faz denúncias contra senador eleito por Rondônia

Em discurso na sexta-feira, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) relacionou uma série de denúncias e acusações contra o ex-governador de Rondônia e senador eleito Valdir Raupp (PMDB), afirmando que o fazia para que os senadores da próxima legislatura tomassem consciência de tais fatos e pudessem adotar as providências que o Código de Ética e Decoro Parlamentar exige.

— Esta Casa receberá, com um mandato de oito anos, uma pessoa na qual eu quero que os senhores prestem muita atenção. Enquanto homem público, ele tem marcado sua trajetória com ações nada elogiáveis — disse Moreira.

O senador, cujo mandato se encerra em 31 de janeiro, leu sentença de 12 de setembro último na qual Raupp é condenado pelo Juízo Criminal a seis anos de reclusão, como incurso duas vezes em crime de peculato, além de dias-multa e perda de cargo ou função pública. E pediu aos demais senadores que não permitam que o Senado sirva de "refúgio para um malfeitor".

Moreira Mendes referiu-se ainda a atos de Raupp em benefício de colaboradores de sua campanha



Moreira Mendes: alerta ao Senado contra ex-governador de Rondônia

eleitoral ao governo de Rondônia e decisões danosas ao Banco do Estado adotadas pelo senador eleito quando era governador, em 1995. Citou "escândalos e mazelas administrativas" ocorridas nos quatro anos do governo de Raupp e

afirmou que o parecer prévio do Tribunal de Contas do estado foi desfavorável às contas do governador nos exercícios de 1998 e 1999.

— Observem o panorama de insensatez e delinqüência que desenhou esse governo. Foram surrupiados recursos das nossas crianças, dos doentes, do meio ambiente, da energia elétrica e das estradas — advertiu o senador.

Moreira citou falhas da legislação que, em sua opinião, franqueiam "o acesso de ímprobos administradores, de delinqüentes gestores aos cargos que entenderem postular".

— Um mandato de senador não pode acobertar tanta iniquidade. Contudo, se esta Casa não velar rigorosamente, como tem feito, nos descaminhos do tráfico de influência, todo o trajeto que já foi andado para fazer cair sobre essa pessoa a pesada mão da Justiça poderá se quedar ineficaz — frisou.